

RESUMO EXECUTIVO – PORTUGAL

Orientações para o trabalho dos Hubs locais



**Co-funded by
the European Union**

“Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro do Programa Cidadãos, Igualdade, Direitos e Valores (CERV) da União Europeia. O conteúdo desta publicação é da responsabilidade dos parceiros do projeto SPIRI e não reflete necessariamente a posição da Comissão Europeia.”

diversit.





Funded by
the European Union



Índice

1. Base do diagnóstico em Portugal
2. Leitura sintética do diagnóstico
3. Conclusões da fase quantitativa
4. Conclusões da fase qualitativa
5. Implicações para o trabalho dos Hubs em Portugal
6. Prioridades indicativas para os Hubs portugueses

1. Base do diagnóstico em Portugal

O diagnóstico de Portugal combina evidências quantitativas e qualitativas. A fase quantitativa inclui 41 respostas ao questionário, com forte presença da sociedade civil/ONG e de organizações desportivas, juntamente com outros atores ligados ao ecossistema desportivo local. Este perfil permite ler o caso português como um diagnóstico de ecossistemas locais ativos, e não como um simples inventário da oferta desportiva municipal.

A fase qualitativa baseia-se em focus groups e evidências municipais de Cascais, Loures e Oeiras. Cada município contribui com uma leitura complementar: Cascais aponta para a existência de atores locais reconhecidos e para a necessidade de maior regularidade e apoio técnico; Loures destaca a desigualdade territorial, a mobilidade, a vulnerabilidade socioeconómica e a importância das organizações comunitárias; e Oeiras fornece evidências sobre programas gratuitos, eventos interbairros, proximidade municipal e a necessidade de ligar os recursos existentes de forma mais estratégica.

Base quantitativa	Base qualitativa
41 respostas ao questionário em Portugal, com forte presença da sociedade civil/ONG e de organizações desportivas.	Focus groups e evidências municipais de Cascais, Loures e Oeiras, com atores municipais, comunitários, sociais e desportivos.

No geral, o caso português mostra que o desafio não é a ausência de iniciativas. A questão central é como passar de experiências locais valiosas, mas por vezes dispersas, para um sistema mais estável capaz de assegurar regularidade, continuidade, acesso e participação comunitária na tomada de decisão.

2. Leitura sintética do diagnóstico

A principal conclusão para Portugal é que a inclusão desportiva depende da regularidade. Atividades pontuais podem gerar contacto e visibilidade, mas não produzem inclusão sustentada se não forem apoiadas por calendários, técnicos, espaços, financiamento, canais de comunicação e presença territorial. O trabalho dos Hubs deve, por isso, perguntar não apenas quais atividades existem, mas quais delas podem ser sustentadas e articuladas ao longo do tempo.

Portugal mostra também a importância de diferenciar entre desporto informal, comunitário, organizado e federado. A prática aberta ou comunitária pode ser mais acessível, mas a transição para a participação organizada ou competitiva introduz seguros, documentação, custos, transporte e exigências administrativas. Para os grupos vulneráveis, esta transição pode ser o momento em que a participação se interrompe.

Mensagem para os Hubs



O trabalho dos Hubs deve transformar iniciativas existentes num sistema local mais regular e coordenado: quais práticas já funcionam, onde a continuidade é frágil, que barreiras surgem na transição para o desporto organizado e quais atores devem partilhar responsabilidade.

O diagnóstico confirma também que o desporto em Portugal tem uma forte capacidade para gerar interação positiva. Este potencial é particularmente visível em projetos comunitários, iniciativas de bairro, eventos municipais e parcerias com associações. No entanto, as mesmas evidências alertam que a interação pode permanecer territorialmente segmentada se a participação não se traduzir em tomada de decisão partilhada, mobilidade entre espaços e reconhecimento dos diferentes grupos como atores, e não apenas como beneficiários.

3. Conclusões da fase quantitativa

Os resultados do questionário para Portugal apontam para várias prioridades para a próxima fase.

- Custos: 71% das respostas identificam os custos como uma barreira relevante. A questão inclui mensalidades, equipamento, transporte, seguros, custos federativos e despesas associadas ao desporto organizado ou competitivo.
- Comunicação: 45% das respostas indicam comunicação baixa ou inexistente. Isto sugere que a oferta desportiva inclusiva deve ser apoiada por canais de informação claros, concretos e de confiança.
- Representação nas decisões: 50% das respostas percecionam baixa representação de pessoas com origens diversas nos espaços de decisão. A participação nas atividades não significa automaticamente influência sobre programação, prioridades ou recursos.
- Protocolos: apenas 17% das respostas identificam protocolos formais ou informais contra a discriminação. Isto aponta para uma lacuna significativa em conhecimento, confiança e capacidade operacional.
- Interação positiva: Portugal regista uma perceção muito elevada do desporto como espaço de interação positiva, com 85% das respostas a identificarem um elevado envolvimento positivo.

Para os Hubs, estes resultados sugerem que Portugal deve apoiar-se num forte potencial relacional, ao mesmo tempo que enfrenta as condições que tornam a participação contínua: acessibilidade económica, transporte, documentação, informação, protocolos e representação nas decisões.

4. Conclusões da fase qualitativa

A fase qualitativa explica como estas barreiras e oportunidades operam na prática local e quais as questões que devem orientar os Hubs.

Uma primeira conclusão é que a regularidade e a presença territorial são centrais. Os focus groups mostram que as atividades se tornam inclusivas quando são repetidas, reconhecíveis e enraizadas nos bairros. A regularidade permite que cresçam relações com famílias, jovens e associações locais; sem ela, as iniciativas permanecem fragmentadas e difíceis de sustentar.

Uma segunda conclusão diz respeito à transição entre desporto informal, comunitário e organizado. Em Portugal, o problema não é apenas o acesso a uma atividade inicial, mas o percurso da participação ocasional ou comunitária para uma prática estável, organizada ou federada. Seguro, documentação, regras federativas e transporte podem tornar-se barreiras precisamente no momento em que a participação deveria tornar-se mais estável.

Uma terceira conclusão refere-se a custos, transporte e infraestruturas. Loures ilustra como a vulnerabilidade socioeconómica se cruza com distância, mobilidade e disponibilidade familiar. Cascais e Oeiras mostram também que iniciativas gratuitas ou de baixo custo podem reduzir barreiras, mas apenas se forem regulares, bem comunicadas e ligadas aos atores que trabalham mais de perto com as famílias e comunidades.

Uma quarta conclusão é que a diversidade pode ser visível na participação, permanecendo limitada na tomada de decisão. O material português aponta para uma participação comunitária ativa, mas também para a necessidade de os grupos diversos participarem no desenho dos programas, avaliação, afetação de recursos e definição de prioridades.

Uma quinta conclusão relaciona-se com grupos sub-representados. Género, deficiência, origem migratória, bairro, pobreza e mobilidade surgem como fatores que se cruzam. Os Hubs devem evitar tratar estes elementos como questões separadas e, em vez disso, analisar como se acumulam em territórios e circuitos desportivos concretos.

Por fim, a governação aparece como a principal condição de sustentabilidade. Portugal tem projetos comunitários, programas municipais, clubes e associações que já promovem a inclusão, mas o desafio é ligá-los através de coordenação estável, critérios partilhados e mecanismos de acompanhamento.

5. Implicações para o trabalho dos Hubs em Portugal

Os Hubs portugueses devem funcionar como espaços que ligam iniciativas existentes e as transformam numa arquitetura local mais estável para a inclusão desportiva. O seu valor dependerá da capacidade de passar do mapeamento de necessidades para o acordo de responsabilidades concretas entre municípios, clubes, associações, escolas, atores comunitários e serviços sociais.

Uma primeira implicação é mapear as práticas existentes por município e bairro. Portugal não parte do zero: existem programas gratuitos, projetos comunitários, atividades interbairros, clubes e associações que já oferecem pontos de entrada para a inclusão.



Funded by
the European Union



Uma segunda implicação é trabalhar a regularidade. Os Hubs devem identificar quais atividades são ocasionais, quais são estáveis e o que seria necessário para dar continuidade às práticas mais valiosas.

Uma terceira implicação é examinar a transição para o desporto organizado ou federado. Seguro, documentação, transporte, custos e exigências federativas devem ser revistos a partir da perspectiva de participantes vulneráveis e de pequenas organizações comunitárias.

Uma quarta implicação é reforçar a participação nas decisões. As comunidades diversas não devem ser apenas convidadas para atividades; devem participar na definição de prioridades, formatos, calendários, espaços e critérios de avaliação.

Uma quinta implicação é desenvolver protocolos vivos e circuitos partilhados para discriminação, segurança e conflito. O baixo nível de identificação de protocolos no questionário torna isto uma prioridade para a próxima fase.

6. Prioridades indicativas para os Hubs portugueses



Prioridade	Utilização prática para o Hub
Mapear iniciativas e atores existentes	Identificar programas gratuitos, projetos comunitários, clubes, recursos municipais e associações que já promovem a inclusão.
Reforçar regularidade e continuidade	Distinguir atividades ocasionais de práticas estáveis e definir quais recursos são necessários para as sustentar.
Rever a transição para o desporto organizado	Analisar barreiras ligadas a seguro, documentação, federação, transporte e competição.
Reduzir barreiras económicas e de mobilidade	Explorar apoios para equipamento, transporte, mensalidades, seguros e acesso a instalações.
Melhorar a comunicação acessível	Usar linguagem clara, canais comunitários e intermediários de confiança para chegar às famílias e aos grupos com menor acesso à informação.
Promover a participação nas decisões	Envolver organizações comunitárias, jovens, mulheres, migrantes e pessoas com deficiência no planeamento e avaliação.
Ligar atores municipais e comunitários	Criar rotinas de trabalho entre municípios, clubes, escolas, associações e serviços sociais.
Transformar protocolos em circuitos vivos	Clarificar prevenção, comunicação, registo, resposta e acompanhamento em casos de discriminação ou insegurança.
Abordar a segregação territorial	Usar o desporto para criar pontes entre bairros e evitar que práticas inclusivas permaneçam isoladas em áreas específicas.
Usar o Hub como espaço de acompanhamento	Acordar prioridades, responsabilidades, recursos mínimos, calendário e indicadores para a próxima fase.